



2. Territórios em Disputa
**COMUNIDADES TRADICIONAIS NA BACIA DO RIO GRANDE
NO MUNICÍPIO DE COTEGIPE-BA**

Márcia Virgínia Pinto Bomfim
Professora da Universidade do Estado da Bahia – Campus IX – Barreiras
mbomfim@uneb.br

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o processo de apropriação, ocupação e organização espacial da comunidade tradicional da Tabatinga e sua permanência na terra no município de Cotegipe-Ba. Tem-se como ponto de partida os estudos realizados no âmbito do Projeto de Pesquisa e Extensão intitulado “Territorialidade das Comunidades Tradicionais na Bacia do Rio Grande” desenvolvido no Núcleo de Estudos em Ensino de Geografia para a Educação Básica (NEEGEB), pertencente à Universidade do Estado da Bahia – UNEB- Campus IX. Propõe-se a conhecer o contexto sócio-histórico-espacial que caracteriza as tradições culturais, a forma de vida e permanência da comunidade negra rural da Tabatinga no município de Cotegipe-BA.

Palavras-chave: Comunidades Tradicionais; Quilombolas; Territorialidade.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar o processo de apropriação, ocupação e organização espacial da comunidade tradicional da Tabatinga e seu acesso à terra no município de Cotegipe-BA. É importante ressaltar que este estudo é fruto de leituras, discussões e pesquisas sobre as comunidades negras rurais e seus processos de identificação e legitimação, constituindo-se, desta forma, na produção de conteúdos que permitem a ampliação de nossos conhecimentos sobre as relações e interfaces entre o Continente Africano e o nosso país, como também a construção de ferramentas intelectuais para dar sustentação ao cumprimento da Lei 10.639/2003, nas nossas práxis cotidianas, no que se refere à inclusão do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos praticados na/e para Educação Básica considerando que a pesquisa envolve estudantes do curso de Pedagogia da UNEB – Campus IX – Barreiras-BA.

Nosso recorte portanto, é a questão agrária e a diversidade de conflitos fundiários existentes no Brasil. O campo brasileiro sofreu profundas transformações desde a

Colonização até o processo de “modernização”¹ das atividades produtivas, iniciado após a Segunda Guerra Mundial, caracterizado pela injustiça social, conflitos fundiários e uma diversidade de situações que expulsa cada vez mais as populações de suas terras, desorganizando, sobremaneira, os arranjos espaciais seculares das comunidades tradicionalmente instaladas no campo. Nesse contexto, nos posicionamos em defesa da reforma agrária e da regularização fundiária das comunidades tradicionais como instrumento de reconhecimento de sua legitimidade.

As tradições culturais que identificam a vida das pessoas pertencentes às comunidades tradicionais territorializadas na Bacia do Rio Grande, no Oeste da Bahia, precisam ser conhecidas por crianças e jovens estudantes desta região a fim de que possam valorizar suas tradições identitárias. São de diversas identidades (quilombolas, ribeirinhos, geraizeiros, indígenas, assentados, pescadores, artesãos, fundo e fecho de pasto) as comunidades presentes na Bacia do Rio Grande. Neste sentido, é importante conhecer os contextos sócio-histórico-espaciais que caracterizam as formas de apropriação e acesso a terra, ocupação, produção e organização sócio-histórica e cultural destas comunidades neste território.

A COMUNIDADE DA TABATINGA E COMUNIDADES VIZINHAS

O significado etimológico da palavra *tabatinga* significa qualquer tipo de argila mole e untuosa, sedimentar, de colorações diversas; espécie de argamassa feita de argila. As moradias nestas comunidades utilizam este material para revestirem as paredes e a palha da Carnaúba (*Copernicia prunifera*) para a cobertura.

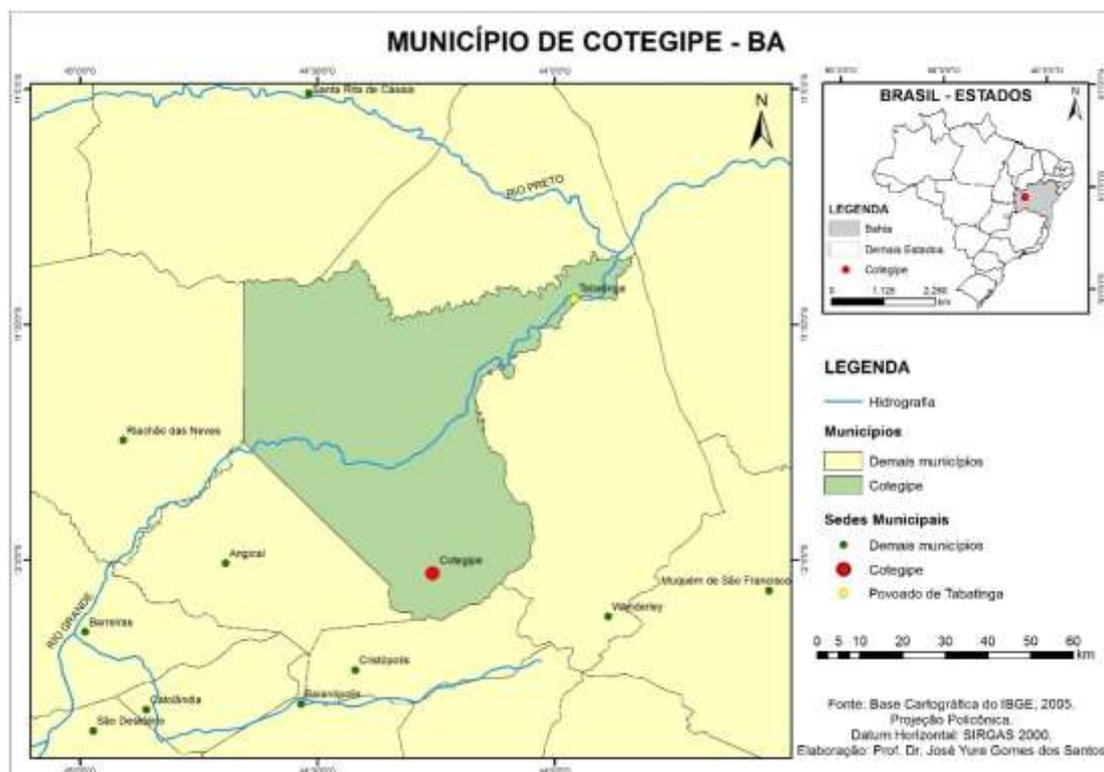
Além da comunidade da Tabatinga, há no seu entorno, as comunidades Tabatinguinha, Tapera, Gregório e Camaleão, localizadas no município de Cotegipe, que se configuram como identidades de quilombos. Partindo do município de Barra, subindo o Rio Grande, vamos encontrar diversas comunidades com as mesmas características, a exemplo das comunidades de Angico, Boca da Caatinga, Pontal do Boqueirão, Pau Batido, São João e, no município de Wanderley, Porto da Ilha, Baboseira, Jurema e já reconhecida

¹O modelo de modernização técnica no campo implementando desde a década de 1950 teve um aumento da produção agrícola voltada para exportação e se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, acentuou contradições e desigualdades - concentração de terras, êxodo rural, desterritorialização de comunidades tradicionais de diversas identidades e violência no campo, denominada de modernização conservadora ou dolorosa (GRAZIANO, 1978)

como Quilombo Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba. Narrativas dos moradores e registros históricos (certidões de nascimento, de óbito) indicam que estas comunidades negras rurais se fixaram neste território ainda no início de povoamento desta região há aproximadamente 200 anos, ocupando os fundos de pastos das grandes fazendas de gado, e por conta da dificuldade de acesso às vilas e povoados, vivem, ainda hoje, em um certo isolamento, sem a possibilidade de acessar políticas públicas que lhes são de direito.

A comunidade da Tabatinga faz parte da fazenda de mesmo nome, pertence ao município de Cotegipe, e dista de sua sede a aproximadamente 190 Km, e do distrito de Taguá, aproximadamente 100 km. Está localizada à margem esquerda do Rio Grande em uma área nas proximidades da foz do Rio Preto com o Rio Grande (Figura 1).

Figura 1: Mapa de localização da comunidade da Tabatinga no município de Cotegipe-BA.



Residem na comunidade 14 famílias totalizando 80 moradores. Nesta comunidade há uma escola municipal, energia solar instalada pelo programa Energia para Todos, em 2000, algumas placas solares instaladas pela prefeitura, um telefone público que serve a comunidade desde 2000, uma casa de farinha mecanizada em 1989 que produz farinha em duas estações, de junho a julho a mandioca plantada na caatinga, de dezembro a

janeiro, mandioca de várzea. Há sinal Wi Fi na escola, aberto também para a comunidade.

Figura 2. Casa de moradora na comunidade Tabatinga. As casas construídas de taipa e a utilização de palhas na cobertura refletem a história de constituição desses quilombos



Fonte: Pesquisa de campo, set./2016.

A Escola Municipal Espírito Santo conta com 13 professores que atendem a 137 estudantes do Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio oriundos da comunidade Tabatinga e comunidades vizinhas. Cotegipe, segundo o IBGE (2007) possui uma área de 4.282.775 KM² e população de 14.409 habitantes (IBGE, 2010) distribuídos em 216 localidades, possui dois distritos Jupaguá e Taguá.

Os registros históricos indicam que os antepassados destas comunidades negras foram trazidos para esta região entre os Séculos XVII e XVIII durante o ciclo econômico do gado. Na memória social destes habitantes da Tabatinga e das comunidades vizinhas indica que seus antepassados se fixaram nestas terras há aproximadamente 200 anos.

Sabe-se que os primeiros habitantes desta região foram os povos indígenas Acroás. A região começou a ser ocupada ainda no século XVI (SEI, 2003), todavia, sua ocupação esteve ligada às expedições dos bandeirantes na captura dos índios para o trabalho escravo nas plantações de cana-de-açúcar no litoral.

A busca, cada vez maior, por outra atividade produtiva, e para além do limite da produção canavieira, resultou na penetração do sertão com o gado solto e sua expansão até os gerais, originando assim, os primeiros núcleos urbanos com as vilas, povoados e comunidades ao longo dos cursos fluviais (ALCÂNTARA, GERMANI, 2010) principalmente, pelo Rio São Francisco e seus afluentes.

Mais tarde, quando a economia escravocrata declinava, os coronéis passaram a estimular a vinda dos negros libertos para trabalharem em suas terras e em troca permitiam aos seus “agregados” cultivar suas roças de milho, feijão, mandioca e a criação de galinhas, cocas e porcos.

Estudiosos caracterizam esta região neste período com pouco dinamismo regional, economia inexpressiva, e a distribuição da população e das atividades econômicas localizadas nos limites navegáveis dos rios Grande, Corrente e Preto (SANTOS FILHO, 1989).

QUEM SOMOS? COMO NOS FORMAMOS? DESCENDENTES DOS POVOS AFRICANOS NO BRASIL.

Os povos das comunidades Tabatinga, Gregório e Tapera descendem originariamente dos povos negros trazidos, forçados, da África para o Brasil na condição de escravos entre os Séculos XVI e XIX. Segundo Santos Filho (1989) o processo de ocupação da região dos cerrados baiano desde o período colonial se dá, sobretudo, em decorrência da captura dos índios para o trabalho nos canaviais, que após serem expulsos e afastados de suas terras, estas eram oferecidas como recompensa em concessão de sesmaria, de forma que este território integrava a sesmaria da Casa da Ponte. A partilha destas terras deu origem às primeiras propriedades, à criação de gado e o cultivo do algodão arbóreo, que eram as principais atividades econômicas nesta região, conhecida na época como Sertão do Além do São Francisco e Gerais. A forma de organização espacial tem como agentes sociais e econômicos, os fazendeiros, coronéis e políticos locais.

Os povos negros das comunidades rurais se fixaram nesta região para trabalharem nas fazendas de gado. Seus habitantes formam comunidades negras rurais que oficialmente chegaram aqui em 1780 estando, portanto, há mais de 200 anos nestas terras. Quando os colonizadores portugueses, em 1500, decidiram plantar cana-de-açúcar para produção do açúcar, puderam encontrar uma atividade rentável para a Coroa já que este produto podia ser vendido na Europa a um preço elevado. Mas, para produzir o açúcar era necessária a mão-de-obra para trabalhar nos engenhos nas plantações de cana-de-açúcar. Inicialmente, os índios foram capturados e tornados cativos destes senhores plantadores de cana-de-açúcar na faixa litorânea do Brasil, especificamente no Sudeste e Nordeste, mas, não acostumados com esta forma de trabalho, os índios fugiam para cada vez mais distante do litoral penetrando no interior do continente. Isso se deu muito mais

intensamente com a redução do tráfico transatlântico. Os índios não eram tão rentáveis para o aparelho econômico do empreendimento colonial, Portugal não ganhava com ele. O comércio de negros sim era bastante rentável. Além do fator econômico, o religioso acordado entre a Coroa e Igreja pesava muito. A Companhia de Jesus precisava de hereges para conversão e expansão da fé católica que perdia fiéis na Europa, esse acordo do Padroado Régio gerou tensões profundas sobre o papel dos índios para a colônia. Logo, expedições formadas por *bandeirantes* foram organizadas para a captura destes índios. Cada vez mais longe, cada vez mais distantes estes *bandeirantes* penetravam no interior do Brasil seguindo o leito dos rios, penetrando nas florestas e nos sertões para a captura destes índios fugidios e ao mesmo tempo, expulsos de suas terras, que foram tomadas pelos colonizadores.

Os *negros da terra* como eram chamados os povos ameríndios pelos portugueses, originários deste continente, rejeitaram os costumes europeus, eram diferentes, não aceitaram a forma de trabalho, não aceitavam o cativeiro já que eram forçados a trabalharem como escravos nas plantações de cana-de-açúcar. Muitos também puderam ser assimilados e ressignificados.

Naquele tempo, os europeus pensavam que os povos indígenas que encontravam na América não eram gente como eles. E é claro que eles eram de fenótipos e de culturas diferentes. No Brasil, eles andavam nus e viviam de um modo que não parecia nada com aquilo que os portugueses conheciam. As aldeias onde moravam, no meio da floresta, eram diferentes das aldeias de Portugal e eles tinham outros costumes. Conheciam como a palma da mão o território onde viviam e seus deuses eram as forças da natureza que davam a eles seu sustento. Nada sabiam do Deus dos cristãos. Por isso os europeus justificavam a exploração de suas terras e o trabalho escravo considerando estes povos como *selvagens*, que precisavam *civilizar* (MEC-SEF, 2001).

Para que os colonizadores mantivessem a produtividade foi preciso encontrar uma nova mão-de-obra que substituísse os índios, e que fosse rentável aos Portugueses. Havia também, a oposição à escravização dos índios pelos padres jesuítas que tinham a missão de catequizar os índios e convertê-los ao cristianismo. Neste período, os portugueses já visitavam a costa africana e controlavam o tráfico dos escravos africanos para a Europa. Na América, as atividades produtivas passaram a se sustentar do tráfico de escravos trazidos através do Oceano Atlântico em navios negreiros, cujo transporte era também uma atividade rentável, fazendo parte dos grandes empreendimentos comerciais, assim como as grandes plantações de cana-de-açúcar e engenhos, fruto do sistema econômico

escravocrata. Estima-se que mais de 15 milhões de indivíduos foram arrancados de suas terras e forçados ao trabalho escravo como mão-de-obra que sustentou o sistema econômico colonial entre os Séculos XVI e XIX. Este sistema econômico é fruto da expansão comercial europeia iniciada na segunda metade do Século XV e traz um traço brutal na formação do mundo moderno.

Havia um cenário político e econômico no Século XV na Europa, caracterizado pela impossibilidade de expansão agrícola motivada pela ausência de novas terras para serem incorporadas a esta atividade, a limitação da expansão das fronteiras geográficas de seus estados comerciais traduzidos pelo fechamento das fronteiras agrícolas e por outro lado, um vasto conhecimento cartográfico e aperfeiçoamentos de instrumentos como bússola, astrolábio, quadrante e bastilha, que permitiram intensificar o comércio ultramarino entre a Europa e Ásia, e, em consequência, maior lucro e acumulação de excedentes nas mãos da classe dominante. Este lucro excedente financiou grandes expedições marítimas em busca de alternativas de rotas comerciais o que promoveram o reconhecimento de novas terras, e posterior anexação dessas terras pelo modelo da colonização europeia (MAGALHÃES FILHO, 1981).

INSTRUMENTOS LEGAIS DE REGULARIZAÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

O conceito de quilombo vem sendo amplamente discutido para dar reconhecimento a comunidades negras rurais que se encontram em situações sociais que dependem do amparo constitucional como consta no artigo 68 das Disposições Transitórias Constitucionais da Constituição Federal de 1988, conforme indicado no texto do referido artigo: “Aos remanescentes das comunidades quilombolas que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos” (BRASIL - CF, 1988).

Vários especialistas no assunto, principalmente historiadores e antropólogos questionam a abordagem quilombola como se esta estivesse ligada apenas à ideia de fuga e isolamento nas matas, como a definição utilizada pelo Conselho Ultramarino de Portugal em 1740 (CASTANHEDE FILHO, 2006). Apontam que há contradições quando se aplica a definição de quilombos basicamente se referindo a escravos fugitivos e isolados. Mesmo na historiografia brasileira há referências claras de que existiam outras relações, por exemplo, quando se referiam a formas de produção própria e a negociação direta nos mercados.

Para Castanhede Filho (2006) esta autonomia no processo produtivo indica uma continuidade na luta desses grupos pela permanência na terra que perduram até hoje. Apenas a fuga, portanto, não responde a definição de quilombo, pois sempre houve uma diversidade de situações que remetem as comunidades negras rurais a formas novas de relações que sempre buscaram sua autonomia. São consideradas como agentes sociais com memória social e possuem um profundo conhecimento da sua história e dos seus antepassados por autonomia e permanência na terra.

Para a Fundação Cultural Palmares, quilombolas são descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de subsistência e religiosa ao longo dos séculos. É competência da Fundação Cultural Palmares formalizar a existência destas comunidades. (BRASIL-FCP, 2017).

Cabe ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a partir dos novos marcos regulatórios por meio do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, assinado pelo presidente Lula, regulamentar os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas. Da mesma forma, a regularização fundiária dos povos indígenas por meio do Decreto nº 5051 de 19 de abril de 2004.

Outro marco normativo destas políticas públicas foi a criação do Programa Brasil Quilombola como instrumentos de política de etnodesenvolvimento integrado ao PPA (Plano Plurianual, 2004-2007) sob a coordenação da Secretaria de Políticas de Promoção e Igualdade Racial (SEPIR), bem como o II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio rural- (II PNRA), fundamental para a regularização fundiária das comunidades quilombolas:

[...] a diversidade social e cultural da população rural e as especificidades vinculadas às relações de gênero, geração, raça e etnia que exigem abordagens próprias para a superação de toda forma de desigualdade. Reconhece os direitos territoriais das comunidades rurais tradicionais, suas características econômicas e culturais, valorizando seu conhecimento e os saberes tradicionais na promoção do etnodesenvolvimento (II Plano Nacional de Reforma Agrária, 2003).

Da mesma forma, faz-se muito crítica a referência do termo “remanescentes” para se reportar à definição de quilombo. Há um consenso entre os estudiosos que se colocam contrários a esta terminologia para o reconhecimento de uma comunidade quilombola.

Para Arruti (1997) o significado do termo “remanescentes” não pode ser compreendido como se estes quilombos atuais fossem sobras de antigos quilombos, como se pudessem estar congelados no tempo espaço, apenas esperando para serem identificados. O autor fala que independem de como se apresentam esses laços identitários do passado. Os laços das comunidades atuais com seus antepassados devem ser resultado de relações de hoje. Na nomeação de tais comunidades pelos órgãos competentes assim como seus mediadores, deve-se estabelecer uma seleção e recriação de elementos da memória social e de traços culturais que sirvam como identificação.

As diferenças que podiam até então distingui-los da população local na forma de estigmas passam a ganhar positividade, e os próprios termos “negro” ou “preto”, muitas vezes recusados até pouco tempo antes da adoção da identidade de remanescentes, passam a ser adotados. As fronteiras entre quem é e quem não é da comunidade, quase sempre muito porosa, passam a ganhar rigidez e novos critérios de distinção, genealogias e parentescos horizontais, passam a ser recuperados como formas de comprovação da inclusão ou não de indivíduos na coletividade. Ao mesmo tempo, a maior visibilidade do grupo lhe dá uma nova posição em face do jogo político municipal e, por vezes, estadual. Enfim, a adoção da identidade de remanescentes por uma determinada coletividade, ainda que possa fazer referência a uma realidade comprovável, é, com muito mais força, a produção dessa própria realidade (ARRUTI, 1997 p. 13)

As décadas de 1990 e 2000 foram marcadas pela crescente reivindicação das comunidades negras rurais como remanescentes quilombolas por meio de movimentos sociais organizados de permanência e posse das terras por eles ocupadas, respaldados pelo novo marco regulatório das políticas públicas para estas questões.

Reconhece-se, no entanto, que estas políticas poderiam ter avançado mais no reconhecimento e regularização fundiária das comunidades tradicionais e na reforma agrária; porém, de certa forma, assistimos a valorização do capital privado via *commodities* com os grandes empreendimentos do agronegócio o que produz e reproduz a cada instante a propriedade privada, como é o caso da região na qual estamos inseridos.

Atualmente a SEPIR no governo provisório do presidente Temer passa por uma desestruturação de toda secretaria, isto pode indicar uma ameaça a estas políticas públicas de reconhecimento e reparação de comunidades tradicionalmente marginalizadas por governos conservadores do *status quo* no Brasil.

Um exemplo e uma referência na Bacia do Rio Grande, é a comunidade negra rural de Riacho de Sacutiaba e Sacutiaba que entra em 1995 com ação na Comarca de Wanderley para manutenção da posse do território impetrada por Maria da Cruz, matriarca da comunidade, que na época com 76 anos, 11 filhos, 60 netos e 55 bisnetos, constituiu assim, uma grande família ligada por laços de consaguinidade (BRASILEIRO, 1999). Esta ação foi mediada pelo Ministério Público Federal (MPF) através da Procuradoria Regional dos Direitos dos Cidadãos (PRDC) que se constituiu como fórum privilegiado de ações de manutenção da posse de diversas comunidades negras rurais.

A ação de Riacho de Sacutiaba é enviada como primeira representação à Fundação Cultural Palmares solicitando a regularização do seu território conforme os termos do Art. 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988 (BRASILEIRO, 1999). A Fundação Palmares encaminha o procedimento ao Ministério Público Federal em Brasília para adoção das providências cabíveis, em busca de elementos que comprovem que a comunidade de Sacutiaba é remanescente de quilombos. De acordo com o parecer técnico de Sheila Brasileiro, antropóloga pertencente aos quadros do MPF, a memória social dos habitantes de Riacho de Sacutiaba e Sacutiaba indica a permanência da comunidade nesta área a aproximadamente 200 anos, assim como as comunidades de Tabatinga, Tabatinguinha, Gregório, Boqueirão, Porto das Ilhas, Goiabeira, Jatobá e Conceição que entre si mantêm laços de afetividade e consaguinidade.

Na Bahia, 494 comunidades quilombolas foram certificadas pela Fundação Palmares, destas, oito estão na Região Oeste da Bahia. São 687 projetos assentados da reforma agrária na Bahia e 38 na Bacia do Rio Grande. No quadro abaixo estamos registrando as comunidades de identidades diversas no território da Bacia do Rio Grande.

Quadro 1. As identidades nos territórios na Bacia do Rio Grande no Oeste da Bahia

IDENTIDADE		TERRITÓRIOS
1.	Quilombolas	Mucambo (Barreiras), Sacutiaba e Cachimbo (Wanderley), Torrinha (Barra), Jatobá (Muquém do São Francisco e Sitio do Mato), Riacho do Meio (Buritirama), Boa Vista do Pixaim, Fazenda Grande (Muquém do São Francisco), Gregório (Cotegipe), Santo Antônio dos Negros, Engenho (Santa Rita de Cássia)
2.	Ribeirinhos e comunidades negras rurais	Tabatinga, Gregório, Tapera, Camaleão, Tabatinguinha (Cotegipe), Gerais do rio Preto, Aldeia, Gato, Cassimbinha, Cachoeira (Formosa do Rio Preto), Emvalçador ((São Desidério)

3.	Indígenas	kiriris (Muquém do São Francisco) Acroás (Angical) Kiriris (Barreiras)
4.	Geraizeiros, Cerradeiros	Ponte de Mateus, Cera, Pedras, Currais, Larga, Vereda Grande, Lagoa dos Buristis, Contagem (São Desidério)
5.	Pescadores	São José (Riachão das Neves), Macambira, Jupaguá (Cotegipe)
6.	Assentados (Reforma Agrária)	São Francisco de Assis, Rio Grande II, Beira Rio II (Cotegipe), Angical I (Angical), Itacutiara, Sítio Novo, Ferradura, Uirapuru, Angico, São Francisco, Periperi, Vale do Boqueirão, Ribeirão (Barra), Ilha da Liberdade (Barreiras), Luz da Redenção (Buritirama), Nova Terra (Formosa do Rio Preto), Rio de Ondas (Luis Eduardo Magalhães) Nova Esplanada I, Nova Esplanada CAPEFE (Mansidão), Serra Branca, Anice, Santa Bárbara, Manoel Dias (Muquém do São Francisco), Rio Branco, Carlota, Dom Ricardo (Riachão das Neves), Senhor do Bomfim, Antônio Conselheiro II, Faz. Reunidas Esplanada, Primavera CAPEFE, Beira Rio (Santa Rita de Cássia) , Tainá, Vitória, Águas Claras, Caxiado (São Desidério), Senhor do Bomfim (Tabocas do Brejo Velho), Campo Alegre (Wanderley)
7	Fundo de Pasto	Val da Boa Esperança (Barreiras)

Fonte: Adaptado da Fundação Cultural Palmares, 2016; INCRA (2016); Pesquisa de campo (2016).

O valor empregado nas estatísticas dos órgãos estaduais e federais como IBGE para avaliar quantitativamente a população rural no campo revelam a baixa densidade populacional na zona rural nesta região, porém, numa abordagem qualitativa o patrimônio cultural é secular. Está representado na memória social dessas pessoas, através das tradições culturais, religiosas, modos de vida que respeita a sazonalidade da biodiversidade dos cerrados, o que demonstra uma ligação afetiva com a natureza. O extrativismo de frutos típicos como buriti, chichá, cagaita, murici, jatobá, piqui, umbu, expressam o convívio cotidiano dessas populações com este bioma. Há uma diversidade de produtos resultantes das práticas utilizados na extração da flora, que são passados de geração em geração indicando saberes, fazeres e sabores próprios destas comunidades desde o início da ocupação desta região.

Em atividades de campo realizadas (2016 /2017) na Tabatinga pudemos conversar com os moradores mais antigos, participar de atividades culturais como participar da roda de samba, sobre a preparação para os festejos do Divino Espírito Santo na comunidade, tradição encarregada a elas ainda jovem. Dona Marculina, nascida em 1926 em Conceição, no município de Wanderley, chegou na Tabatinga em 1932, com sua mãe fugindo da grande seca que assolou a região. Lembra de seus avós e do tempo de

criança, onde percorria com outras crianças o imenso terreiro onde podiam brincar nas horas que não estavam ajudando os mais velhos nas tarefas diárias. Havia naquela época três casas que agregavam parentes próximos, mas, havia também muitos mais moradores do que hoje, muitos nascidos na Tabatinga. Casou-se aos 17 anos e teve 12 filhos, desses apenas oito sobreviveram, dois deles residem aqui na Tabatinga e os outros nas comunidades vizinhas.

Contam, ainda, que moradores partiram para as cidades por viverem em condições precárias. Não podiam levar nada, a casa era derrubada a mando do proprietário da Fazenda. Até hoje não possuem autorização para construir as casas com tijolos e telhas o que é motivo de conflito.

“Tinha mais casas aqui, Ozina, Valú, Do Santo, Ritinha, Mela Faca (Antônio), Juraci, Detinha, Martinha, Lionora, Agostinha, Augustina Roleta, Maria Anita, Tanazo, Joana, Zenzinha, Teorzin, Fabiana, Atamira, Matutina... todos foram embora”.

Na época da chuva as roças de milho, feijão abóbora, arroz, mandioca e a criação de animais como galinhas, porcos, ovelhas e cabras alimentavam a comunidade. As mulheres cuidavam dos filhos e das roças, os homens, muitos eram vaqueiros e cuidavam da criação de animais.

Dona Faustina nasceu em 26/05/1940, em Curral Fácil, no município de Santa Rita de Cássia, está na comunidade há 55 anos. Teve seis filhos, todos nascidos na Tabatinga.

“Os primeiros donos da Fazenda Tabatinga...Beneditona, mulher muito rica e poderosa, só andava com capangas, Sá Anja, mãe de Dr. Pinto, Dr. Zé Pinto e D. Terezinha D. Terezinha mais Dr. Zé Pinto não tiveram filhos. Hoje quem é dono das terras são os filhos dos irmãos de D. Terezinha”

No cemitério da Tabatinga, há evidências de antigos moradores (1887- 1977) que dão indicação da ocupação territorial desta comunidade desde o Século XIX. Assim, é preciso conhecer, valorizar e garantir o direito aos territórios dessas comunidades.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, D.M. de; GERMANI, G. I. **as comunidades de fundo e fecho de pasto na Bahia: luta na terra e suas espacializações.** Recife: UFPE, *Revista de Geografia*. -DCG/NAPA, v. 27, n. 1, jan/abr. 2010.

ARRUTI, J.M.A. **A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas.** Rio de Janeiro: Mana 1997. v 3.

BRASIL – CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988.

BRASIL-FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

BRASIL-MEC-SEF. **Uma história do povo Kalunga**, 2001.

BRASILEIRO, S. **Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba: notas sobre uma comunidade negra rural no Oeste Baiano**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Afro-Ásia, 1999 n.23

CANTANHEDE FILHO, A.; CARNEIRO, A.F.T.; AYALA, C. **Incra e os desafios para regularização dos territórios quilombolas : algumas experiências**. Brasília: MDA - Incra, 2006.

GRAZIANO DA SILVA, J. coord., 1978. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo, Hucitec.

_____. 1982. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro, Zahar.

MAGALHÃES FILHO, F.B.B. de. **História Econômica**. São Paulo: Sugestões Literárias, 1981.

SANTOS FILHO, M. **O processo de urbanização no Oeste Baiano**. Recife: SUDENE, 1989.